

*APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS:
A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA
DE BRASIL E ARGENTINA*

Hugo Leonardo Prata¹
Elizandra Garcia da Silva²
Edmundo de Drummond Alves Junior³

resumo

Neste artigo objetivamos demonstrar as aproximações e distanciamentos dos dados demográficos, em particular o envelhecimento, entre Brasil e Argentina, analisados no contexto sócio-histórico em que se inserem. O estudo quali-quantitativo partiu dos dados demográficos oficiais de cada país, desde 1950, perspectivando até 2050,

1 Licenciado em Educação Física. Doutor em Educação. Professor de Educação Física da Rede Municipal de Tanguá e Centro Federal de Educação Tecnológica/CEFET/RJ. E-mail: hugo.prata@uol.com.br.

2 Licenciada em Educação Física. Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal Fluminense, vinculada ao Instituto de Educação Física, Programa de Residência Multiprofissional em Saúde e Programa de Pós-Graduação em Neurologia e Neurociência. E-mail: elizandragarcia@hotmail.com.

3 Licenciado em Educação Física. Doutor em Educação Física. Professor associado Universidade Federal Fluminense, vinculado ao Instituto de Educação Física e Programa de Residência Multiprofissional em Saúde. E-mail: edmundodrummond@uol.com.br.

e foi analisado à luz das referências da área. Sintetizamos que, em perspectiva histórica, Brasil e Argentina apresentam distanciamentos entre os dados demográficos e que as aproximações são estimadas, no referente ao envelhecimento, apenas para o ano de 2050.

palavras-chave

Envelhecimento. Velhice. Transição demográfica.

1 Introdução

A proposição da teoria da transição demográfica data das primeiras décadas do século XX e foi desenvolvida por Thompson (1929) e posteriormente por Landry (1934). Essa teoria foi elaborada levando em consideração a relação entre o crescimento populacional e o desenvolvimento socioeconômico.

De acordo com Vasconcelos e Gomes (2012), a transição demográfica é segmentada em quatro fases. A primeira é denominada pré-transição e as taxas de natalidade e de mortalidade são equivalentes e altas. A produção de alimentos deve ser elevada quando se deseja manter aumento nas taxas de natalidade e uma população numerosa. Os problemas ambientais, de saúde e de saneamento básico e ambiental se intensificam, aumentando as taxas de mortalidade. A segunda fase é o início da transição, quando os cuidados com o saneamento básico e ambiental e a saúde melhoram. A taxa de mortalidade reduz drasticamente, mas a de nascimento continua elevada, provocando aumento acelerado da população. A terceira fase é a transição final, quando o consumo médio de recursos por indivíduo aumenta. Então, a taxa de natalidade começa a declinar. Finalmente, temos a quarta fase, denominada pós-transição. A população passa para esta quando as taxas de natalidade e mortalidade são baixas e equivalentes, mas o consumo de recursos continua exponencial.

Por conseguinte, Alves (2002) acresce que essa exposição esquemática não daria conta das múltiplas experiências concretas, em função do seu elevado nível de generalização. Efetivamente, a transição demográfica é uma expressão fundada para referir-se ao processo de diminuição das taxas de mortalidade e fecundidade. “Trata-se, portanto, de um fenômeno sobre o qual foram elaboradas várias abordagens teóricas para explicá-lo” (ALVES, 2002, p. 28).

A demografia é uma área que traz por desígnio o estudo de populações humanas, tendo como um de seus maiores objetivos a coleta de dados quantitativos que permitem avaliações qualitativas relativas ao movimento das

populações. Para Cerqueira e Givisiez (2004), uma preocupação basilar no estudo das populações humanas está relacionada ao seu tamanho em determinado momento e aos plausíveis fenômenos que motivam ou afetam esse tamanho, tais como os migratórios, os nascimentos e os óbitos.

Findado o século XX, e já decorrido praticamente duas décadas de um novo período, é possível observarmos o exponencial aumento demográfico ocorrido em todos os continentes como algo marcante (ALVES JUNIOR, 2011). De acordo com as projeções da ONU (2019) para o ano de 2020, teríamos em torno de 7,79 bilhões de habitantes. Com efeito, é possível afirmarmos a existência de uma superpopulação, caracterizada como um problema abordado ao longo da História. Assim, podemos também observar na teoria da superpopulação de Marx (2015), que nos convida à reflexão quando expõe que a dinâmica da superpopulação não pode ser entendida se removida, sacada para fora do conjunto das relações sociais nas quais surge. Este pressuposto metodológico será seguido por Marx na sua teoria da população, que para Viana (2006) se constitui como uma teoria da dinâmica populacional sobre o capitalismo.

É sublinhado por Marx (2015) o imperativo de buscar compreender os fenômenos como totalidades históricas concretas. Desta maneira, não se pode entender as dinâmicas populacionais, argentina e brasileira, assim como as possíveis aproximações e distanciamentos entre elas, margeadas por este recorte geográfico, isoladas das demais relações sociais, ou seja, como uma parte desligada do todo. A leitura marxiana de Lênin sobre o desenvolvimento desigual- entre os diferentes estados e nações- e combinado- no contexto da totalidade do sistema capitalista- de capitalismo atrasado, acrescida por Trotsky (2000), forneceu subsídios para a compreensão dialética desse fenômeno, possibilitando a análise das aproximações e distanciamentos entre Brasil e Argentina, expostos nesse manuscrito.

Também não é possível, a partir desta perspectiva teórico-metodológica, desconsiderar a historicidade do fenômeno, isto é, pensar que ele sempre ocorre da mesma forma em qualquer contexto histórico e social e sem que isto lhe traga qualquer transformação. “Em diferentes modos de produção sociais existem diferentes leis de aumento da população.” (MARX, 2015, p. 807).

Dentro deste contexto, mencionamos, a partir das fundamentações de Alves (2002), que a associação entre população e desenvolvimento do modo de produção marca presença também em outros clássicos da economia. A partir da exposição realizada pelo autor, é possível dizer que Adam Smith acreditava na existência de uma afinidade positiva entre crescimento populacional e econômico, já que uma população ascendência numérica representava um estímulo à divisão social do trabalho e, assim, ao desenvolvimento do país. Por

outro lado, Malthus, em oposição, analisava o crescimento populacional como responsável pela pobreza e pela “Lei de Bronze” dos salários. Seguindo com as problematizações levantadas por Alves (2002), o autor expõe que Ricardo seguiu por uma direção intermediária, compartilhando de algumas das teses malthusianas sobre salários de subsistência; defendia, todavia, que um país populoso seria sinônimo de avanço econômico.

Ainda nos baseando em Alves (2002), é apresentado o que Keynes expunha sobre o tema população, particularmente sobre as implicações econômicas de uma população em declive. Ele orienta a sua fundamentação a partir da tese smithiana, defendendo, assim, que população e demanda agregada são extremamente e diretamente interligadas. “Uma população declinante torna-se uma preocupação econômica considerável, do ponto de vista da demanda agregada, uma vez que pode reduzi-la, levando a economia à estagnação.” (ALVES, 2002, p. 8). Aqui nos filiamos à proposição de Marx relacionada à temática. O autor, em oposição a Malthus, elucubrou que as relações capitalistas de produção eram as autênticas responsáveis pela pobreza, em que cada modo de produção teria as suas próprias leis de população.

Tratando-se dos dados alusivos àqueles considerados idosos, Alves Junior (2009) comenta que a demografia oferece suporte aos estudos que abordam o envelhecimento e suas relações com a sociedade, além de servir de motivação para novas políticas públicas.

Existe, entre os especialistas do assunto, um consenso de que uma das variáveis mais significativas em termos de importância e interesse para a Demografia é a idade, já que, para uma ampla parte dos estudos dos fenômenos demográficos, é imprescindível uma verificação que considere a faixa etária dos indivíduos em questão. Cerqueira e Givisiez (2004) expõem que: “a idade de um indivíduo pode ser definida como o número de dias, meses e anos após seu nascimento. Um outro procedimento usual em Demografia é definir a idade como o número de anos completos” (CERQUEIRA; GIVISIEZ, 2004, p. 16).

É consensual, na sociedade, o uso da classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS), para caracterizar a entrada na velhice. Essa classificação sugere dois cortes cronológicos: sessenta anos de idade para considerar a entrada na velhice para países em desenvolvimento e sessenta e cinco para países considerados desenvolvidos. Alves Junior (2009) problematiza quando diz que, ao fixar e controlar a sociedade, “o sistema que naturaliza as idades de nossa existência contribui com mais uma invenção social, a da velhice.” (LENOIR, 1979). Lenoir (1998, p. 17), sugere que:

[...] a escolha de uma idade qualquer para marcar o início da velhice é uma classificação arbitrária: o que está em questão é a definição dos poderes associados aos diferentes momentos do ciclo da vida, sendo que a amplitude e o fundamento do poder variam segundo a natureza das implicações – peculiares a cada faixa etária ou a cada fração da faixa – da luta entre as gerações.

Rotular quem pode ser considerado velho e o que determina que alguém possa ser considerado como tal ou em qual momento isso acontece é uma tarefa complexa e, por ser arbitrária, não encontra respaldo nem mesmo pelos que, por influência de um dado estatístico utilizado pelos demógrafos ou em documentos legais, passaram a ser incluídos em alguma classificação. De fato, os cortes cronológicos colaboram com o aumento das barreiras entre gerações, e de certa maneira podemos até mencionar a possível contribuição para a construção de estereótipos negativos cristalizados na sociedade.

Não importa o período estudado na história da humanidade; seja nas culturas mais longínquas, seja na contemporaneidade, Alves Junior (2004, p. 60) diz:

[...] os significados atribuídos ao “ser velho” e ao envelhecimento foram sempre marcados por profundas contradições. Uma pessoa velha pode ser considerada como alguém que merece e impõe respeito, ou um indivíduo altamente desprezível. Na atualidade, testemunhamos ser bastante comum recorrer-se ao uso da palavra ‘velho’ para uso mais pejorativo e depreciativo do que lisonjeiro.

Na história da humanidade, o envelhecimento e a velhice, apesar de sempre terem existido, nunca receberam tanta relevância como a que pode ser percebida nas últimas décadas e principalmente pelo que se anuncia para o século atual. Podemos considerar que ambos passaram a ser um dos principais problemas sociais do mundo moderno (LENOIR, 1998).

2 Procedimentos metodológicos

De acordo com Sanches Gamboa (1997, p. 65), “O método seria definido como “um caminho em direção do conhecimento” ou como “uma forma de procedimento segundo o qual realizam-se processos de pensamento e de ação.”.

Essa pesquisa utilizou-se de uma perspectiva quali-quantitativa, permeada por uma concepção dialética. No atual estágio da contenda do dilema da abordagem quantitativa versus abordagem qualitativa, entendemos que é epistemologicamente mais defensável a tese da unidade dos paradigmas.

Com efeito, em relação às categorias quantidade-qualidade, as pesquisas com enfoque dialético,

[...] no que se refere às técnicas, geralmente utilizam as historiográficas, tratando as dimensões quantitativas e qualitativas dentro do princípio do movimento. Essas categorias modificam-se, complementam-se e transformam-se uma na outra e vice-versa, quando aplicadas a um mesmo fenômeno. De fato, as duas dimensões não se opõem, mas se inter-relacionam como duas fases do real num movimento cumulativo e transformador, de tal maneira que não podemos concebê-las uma sem outra, nem uma separada da outra. (SANCHES GAMBOA, 1997, p. 105).

Acreditamos que seja de fundamental importância para o desenvolvimento da nossa investigação, além de vital para uma melhor compreensão da complexidade que envolve uma pesquisa, as reflexões de Gamboa.

[...] o investigador como os investigados (grupo de alunos, comunidade ou povo) são sujeitos; o objeto é a realidade. A realidade é um ponto de partida e serve como elemento mediador entre os sujeitos. Numa relação dialógica e simpática, como é o caso do processo da pesquisa. Esses sujeitos se encontram juntos frente a uma realidade que lhes é comum e que os desafia para ser conhecida e transformada. [...] Certamente é possível superar os diferentes desvios e condicionantes que reduzem a capacidade de compreensão da problemática da realidade e a dimensão transformadora, da pesquisa a um simples exercício de repetição de um saber técnico. Tal reducionismo que desvirtua a tarefa fundamental de produzir novas respostas e acumulação de massa crítica para a transformação da realidade precisa ser superado em prol de um conhecimento que contribua para que os nossos países e as sociedades neles constituídas percorram seus caminhos de afirmação científica, econômica, política e cultural de que tanto precisam. (SANCHES GAMBOA, 2012, p. 14).

Os dados demográficos foram apreendidos nos documentos oficiais de cada um dos países, com recorte histórico a partir da década de 1950, motivado pelas variações significativas ocorridas a partir desse período, em especial no contexto brasileiro. Já no contexto argentino as variações demográficas passaram a ser expressivas a partir do século XIX, conforme análises apreendidas da literatura de embasamento desse estudo. Foram considerados ainda alguns dados em perspectiva, em especial os referentes ao envelhecimento, por projetarem aproximações significativas entre Brasil e Argentina até o ano de 2050.

3 O envelhecimento populacional de Brasil e Argentina

Partindo da compreensão leninista-trotskista de desenvolvimento desigual e combinado, analisamos que o Brasil e a Argentina vivenciaram transição demográfica de maneira distinta, com aproximações e distanciamentos, fato

que é corroborado por Vasconcelos e Gomes (2012). As autoras expõem que as diferentes experiências de evolução da natalidade e da mortalidade demonstraram que a transição demográfica não acontece da mesma maneira entre as várias sociedades. As alterações nas taxas de mortalidade e de natalidade têm diversos fatores explicativos. O tempo de transição entre os dois períodos de equilíbrio demográfico pode variar entre mais de um século e apenas algumas décadas. Além do mais, distintas etapas da transição podem ser observadas, simultaneamente, em uma mesma sociedade.

De acordo com as palavras de Albuquerque e Silva (2015), um fato que merece destaque no processo de transição demográfica brasileira está relacionado ao fato de que, desde

O Século XIX até meados da década de 1940, o Brasil caracterizou-se pela prevalência de altas taxas de natalidade e de mortalidade. A partir desse período, com a incorporação às políticas de saúde pública dos avanços da medicina, particularmente os antibióticos recém-descobertos no combate às enfermidades infectocontagiosas e importados no pós-guerra, o País experimentou uma primeira fase de sua transição demográfica caracterizada pelo início da queda das taxas de mortalidade (ALBUQUERQUE; SILVA, 2015, p. 50).

O Brasil praticamente reduziu para a metade sua taxa bruta de mortalidade em apenas 20 anos, entre 1940 e 1960, enquanto os países hoje chamados desenvolvidos levaram, para o mesmo feito, aproximadamente 100 anos.

Por outro lado, a Argentina, segundo Fernandes (2014), passou por um amplo processo de Transição Demográfica em que, diferentemente dos prognósticos do modelo teórico da transição, a mortalidade e a natalidade decaíram de maneira concomitante. A autora segue argumentando que, do mesmo modo, a fecundidade caracteriza-se pelo declive precoce e intenso ainda no final do século XIX e nos primeiros quarenta anos do século XX. Salienta-se ainda que o desenvolvimento econômico social, acompanhado do fenômeno da imigração europeia em meados do século XIX, são condições que necessitam ser exploradas na elucidação das transformações demográficas da Argentina desse período.

4 As taxas de natalidade de Brasil e Argentina

A taxa de natalidade (TN) é um dado estatístico. Indica o número de nascimentos por mil habitantes no período de um ano. Como podemos observar na Tabela 1, natalidade de Brasil e Argentina, enquanto as mudanças nos níveis e padrões de natalidade ocorreram no Brasil durante a segunda metade

do século XX, decorrência, especialmente, de políticas de planejamento familiar e do aumento do uso e acesso de métodos anticoncepcionais modernos, na Argentina, a transição da natalidade de coeficientes elevados para níveis menores e estáveis data do final do século XIX, resultado principalmente das transformações demográficas, sociais e econômicas ocorridas na população deste país, ainda neste período (WONG; BONIFÁCIO, 2009).

É possível observamos também, na Tabela 1, que no caso brasileiro existe uma variação maior em relação à queda da natalidade ao longo dos anos, que é acentuada a partir da década de 1960, atingindo como projeção para o ano de 2025 um número de 12,4 nascimentos a cada mil habitantes (IBGE, 2018). Quando se fala da Argentina, existe uma variação de declínio menor e estabilizada ao longo dos anos, com exceção dos anos 1980, período em que ocorre um crescimento em relação à década anterior. Como projeção, a Argentina poderá chegar a 14,7 nascimentos para cada mil habitantes em 2025 (INDEC, 2014).

Tabela 1 – Taxas de natalidade Brasil e Argentina.

Taxa de natalidade									
Brasil									
1950	1960	1970	1980	1991	2000	2005	2010	2015	2025
43,5	44,0	37,7	31,8	23,7	21,1	19,8	16,0	14,6	12,4
Argentina									
1950	1960	1970	1980	1990	2000	2005	2010	2015	2025
26,2	24,3	22,6	25,7	21,8	19,9	19,1	18,0	16,7	14,7

Fontes: Brasil: IBGE (2018) - censo demográfico de 1950 a 2010 e Anuário 2014 (somente os dados dos anos 2005, 2015 e 2025). Argentina: INDEC (2014) Anuário 2014 (somente os dados dos anos 2010, 2015 e 2025).

Um fato relacionado à natalidade, que merece ser comentando e que é pouco citado na literatura dos dois países, está relacionado à intervenção dos governos militares nas políticas relacionadas à natalidade.

Nas décadas de sessenta e setenta, o Brasil e a Argentina, além de diversos países da América Latina, tiveram a implantação de ditaduras militares. Estas, entre diversas atrocidades, apontaram e aprofundaram em direção a um percurso histórico para a sociedade capitalista. Dentro deste contexto, nas palavras de Pedro (2003), esses países receberam pressões de organismos internacionais para a adoção de políticas antinatalistas. Contudo, a política internacional voltada à redução da população, encontrou nos governos brasileiro

e argentino, durante a vigência dos regimes militares, além de ambiguidades, um debate que não conheceu consenso. No caso do Brasil:

De um lado havia os “antinatalistas”; de outro, os “anticontrolistas”. Os primeiros reivindicavam um projeto de desenvolvimento para o País, dentre cujas exigências encontrava-se a redução da natalidade como parâmetro de país desenvolvido. Além disso, havia o argumento de que, com o crescimento demográfico então observado, a economia teria dificuldades em manter altas taxas de crescimento capazes de darem conta da demanda exigida. Por outro lado, os anticontrolistas, com a teoria geopolítica de “ocupação de espaços vazios”, encontravam entre os militares nacionalistas fortes aliados. Estes argumentavam que a soberania nacional dependia da presença de brasileiros em todas as regiões do País. Aos anticontrolistas no Brasil, muitas vezes aliaram-se vários setores da Igreja Católica (PEDRO, 2003, p. 242).

Segundo Carvalho e Brito (2013), as disposições alusivas ao controle de natalidade se diferenciavam no interior dos grupos que davam sustentação interna ao regime militar brasileiro. Os militares, que assumiram a responsabilidade direta pelo controle do aparelho estatal, defendiam, em sua maioria, a tese

[...] de que o território brasileiro comportaria uma população maior e, portanto, não se atemorizavam com o problema do rápido crescimento demográfico. Ao contrário, consoante com a perspectiva predominante na época, de defesa da segurança nacional, crescer e redistribuir a população, de modo a ocupar o amplo espaço vazio nacional, era um objetivo estratégico para os militares. Um bom exemplo foi o ambicioso e malsucedido projeto de colonização da região amazônica, que tinha como meta transferir cerca de 1,5 milhão de famílias da região onde existiam muita população e pouca terra, o Nordeste, para a Amazônia, onde existiam muita terra e pouca população (CARVALHO; BRITO, 2013, p. 355).

Pelo lado argentino, tudo indica que o governo militar estava alinhado ao governo brasileiro no que diz respeito às políticas de natalidade. De acordo com Fernandes (2014), o governo argentino implementa, entre outras ordenações, uma legislação altamente restritiva à regulação da fecundidade. Em 1974, o governo argentino buscou evitar o planejamento familiar e sua disseminação em instituições de saúde pública e em obras sociais do governo. Com tal característica, foram empregados alguns empecilhos ao conhecimento e ao uso de anticoncepcionais modernos, além da proibição da educação sexual no sistema escolar.

Na perspectiva demográfica, apesar da forte influência que os Estados Unidos tinham sobre a região, esta interferência não se manifestou em políticas

públicas de controle de natalidade, embora existisse todo um aparato de pressão direta, “através da United States Agency for International Development (Usaid), ou indireta, por meio de algumas fundações privadas e de organismos internacionais, como o Banco Mundial e as Nações Unidas” (CARVALHO; BRITO, 2013, p. 355).

5 Taxa de fecundidade de Brasil e Argentina

Conexo ao conceito de natalidade, a taxa de fecundidade é um dado que indica a média do número de filhos que uma mulher tem durante sua idade fértil (de 15 a 50 anos aproximadamente). A transformação das taxas de fecundidade na atualidade se materializa em um fenômeno social de grande relevância. As mudanças no comportamento reprodutivo, observadas nos últimos séculos, são uma transformação marcante na história da humanidade.

A transição da fecundidade se traduz na transformação de um período com alto número de nascimentos por mulher, para um período em que esses níveis se estabelecem em escalas comparativamente baixas.

Embora, em nenhum desses regimes, o número de nascimentos se mantenha estável ao longo do tempo, eles nunca voltam a atingir os patamares observados previamente à transição. Além disso, a queda do nível da fecundidade é acompanhada por alteração em seu padrão etário, ou seja, alteram-se as idades em que as mulheres têm seus filhos (CAMPOS; BORGES, 2015, p. 31).

Efetivamente, todos os países vivenciaram uma transição da fecundidade. Segundo Campos e Borges (2015), a determinação dos mecanismos que induzem à diminuição da fecundidade não é uma das tarefas mais simples. De acordo com os autores, seria impossível afirmar, ou determinar de maneira categórica, quais seriam os fatores causais da queda da fecundidade. Os autores seguem argumentando que uma fundamentação para o esclarecimento do fenômeno usualmente passa pela “preponderância de uma racionalidade econômica do comportamento reprodutivo e a supremacia de mudanças culturais na sociedade que levariam a uma redução do número de nascimentos, mesmo na ausência de crescimento econômico” (CAMPOS; BORGES, 2015, p. 31).

No fim, percebe-se que as duas abordagens demonstram ser importantes e atuam em alguma medida para a queda da fecundidade. [...] a queda na fecundidade seria explicada pela racionalidade econômica do comportamento reprodutivo, cujas decisões seriam baseadas em análises dos custos e benefícios de ter filhos, comparando-se os investimentos da criação dos filhos com

as possibilidades de retorno econômico que estes dariam para a família. As abordagens que enfatizam o papel das mudanças culturais para a queda da fecundidade argumentam que haveria, independentemente de um crescimento econômico, alterações de conteúdo normativo via processos de destraditionalização, secularização e individualização. A partir da emergência do “ideal de família pequena” da sociedade urbano-industrial, o declínio dos nascimentos não ocorre via enriquecimento econômico, mas, sim, via mecanismos de difusão de comportamento entre regiões culturalmente similares (CAMPOS; BORGES, 2015, p. 32).

Além dessas visões, podemos mencionar a fundamentação que defende que o motivo para a queda da fecundidade seria fundamentalmente demográfico, explicado pela “redução dos níveis de mortalidade. O aumento da sobrevivência de crianças tornaria possível atingir determinado tamanho de família com um nível menor de fecundidade, pois um número maior de crianças sobreviveria até a idade adulta” (CAMPOS; BORGES, 2015, p. 33).

No Brasil a queda da fecundidade teve início na década de 1960 e continuou de maneira ininterrupta nas décadas subseqüentes. Observando os números apresentados na Tabela 2, vemos o processo de declínio da taxa de fecundidade total (TFT). Observa-se, ainda, que na década de 1960 a taxa de fecundidade poderia ser considerada como alta. Nas décadas posteriores acelerou-se o decréscimo até atingir a taxa de 1,86 filhos por mulher em idade fértil, em 2010, considerado pela literatura como aproximadamente entre os 15 e 50 anos. Essa taxa está abaixo do nível de reposição, que é de 2,1 filhos por mulher (IBGE, 2018).

Na Argentina, as condições de desenvolvimento socioeconômico e cultural, que ocorreram ainda no século XIX, foram determinantes para colocar em curso todas as transformações demográficas ocorridas nesse período, inclusive o declínio da fecundidade e as mudanças nos padrões de reprodução dessa população.

A economia predominantemente agroexportadora e fomentada pela relação de livre comércio com importantes nações europeias foi essencial para que se desenvolvessem também intensos e rápidos processos de industrialização e, principalmente, urbanização no país na segunda metade do século XIX. Segundo Elizaga (1973), em 1985, o Censo Argentino indicou que mais de 42% da população vivia concentrada em núcleos urbanos, de onde se destaca principalmente a região da Grande Buenos Aires (FERNANDES, 2014, p. 14).

É possível observarmos na Tabela 2 que, diferentemente do Brasil, a taxa de fecundidade na Argentina não tem uma variação brusca. Em 1960 a TFT das mulheres argentinas em idade entre 15 e 50 anos estava 3,1 filhos, ocorrendo um leve aumento na década de 1980, e somente na década de 1990 diminuiu da sua média histórica para 2,9 filhos, chegando, no ano de 2010, a um ponto acima da taxa considerada para reposição (INDEC, 2014; PANTELIDES, 1989).

Tabela 2 – Dados de fecundidade Brasil e Argentina.

Dados da fecundidade					
Brasil					
1960	1970	1980	1991	2000	2010
6,3	5,8	4,4	2,9	2,35	1,86
Argentina					
1960	1970	1980	1991	2001	2010
3,1	3,1	3,3	2,9	2,4	2,2

Fontes: Brasil: José Eustáquio Diniz Alves (1994). Argentina: Edith Alejandra Pantelides (1989) e INDEC (2014).

6 Taxas de mortalidade de Brasil e Argentina

A taxa de mortalidade (TM) corresponde ao número de óbitos anuais por mil habitantes. De acordo com Soares (2000), na primeira metade do século XX iniciou-se, nos países industrializados, um declínio da mortalidade. Essa diminuição foi observada principalmente nos Estados Unidos, Canadá, Austrália e países do oeste da Europa. O Brasil também apresentou queda da mortalidade. No entanto, a grande redução iniciou-se na segunda metade do século XX. A leitura da Tabela 3 nos possibilitou constatar que, na década de 1950, o Brasil contabilizava 21 óbitos anuais para cada mil habitantes. Entretanto, na primeira década dos anos 2000 contabilizava-se 6,4 óbitos para cada mil habitantes (IBGE, 2018).

Por outro lado, a Argentina passa por esse processo de diminuição da mortalidade antes que o Brasil, e de maneira bem parecida com o fenômeno da diminuição da fecundidade, sendo as transformações nos padrões de mortalidade e fecundidade bastante intensas num primeiro momento, mas demandando, na realidade, maior tempo para sua concretização. Garay, Redondo e De Oca (2009) argumentam que o país reduziu as taxas de TM devido ao desenvolvimento econômico da época, que incluiu os serviços públicos, a criação de faculdades de medicina e programas de habitações populares.

Segundo projeções, como podemos acompanhar na Tabela 3, no ano de 2025, Brasil e Argentina estarão na casa dos 7 óbitos por mil habitantes (IBGE, 2018; INDEC, 2014).

Tabela 3 – Taxa de mortalidade Brasil e Argentina.

Taxa de mortalidade								
Brasil								
1950	1960	1970	1980	1990	1999	2005	2015	2025
21	13	9	8	7,7	6,9	6,4	6,6	7,3
Argentina								
1950	1960	1970	1980	1990	2000	2005	2015	2025
10,3	8,7	9,1	8,9	8,5	8,0	7,8	7,7	7,8

Fontes: Brasil: IBGE (2018). Argentina: INDEC (2014).

Segundo Albuquerque e Silva (2015), de maneira geral, outros fatores que contribuíram para a diminuição do nível da mortalidade estão relacionados aos aumentos da renda, da escolaridade e da proporção de domicílios com saneamento básico, entre outros. Os autores seguem argumentando que, entre os fenômenos que mais afetaram o nível e o padrão da curva de mortalidade humana, é destacável a chamada “transição epidemiológica”. Essa mudança refere-se ao período entre o declínio das mortes por doenças infecciosas e parasitárias agudas e o aumento das mortes em função de doenças crônico-degenerativas, acompanhadas de um deslocamento do padrão de mortalidade por idades, das idades mais jovens às mais avançadas.

7 O índice de envelhecimento

Com a utilização do índice de envelhecimento (IE) é possível avaliar o processo de crescimento do número de idosos total na população em relação à variação relativa no grupo etário considerado jovem. Esse índice é alcançado por meio da razão entre “a população idosa e a população jovem.” (CLOSS; SCHWANKE, 2012 p. 443). Este indicador possibilita a observação e o desenvolvimento do “ritmo de envelhecimento da população” (CLOSS; SCHWANKE, 2012, p. 443) no que tange a áreas geográficas e grupos sociais, possibilitando, desta forma, subsidiar a formulação, a gestão e a avaliação de políticas públicas.

Segundo Closs e Schwanke (2012), o IE apresenta vantagens em relação aos demais mecanismos de avaliação “por ser analiticamente simples, apresentar alta sensibilidade às variações na distribuição etária, contabilizar os

dois grupos etários que definem o processo de envelhecimento populacional e ser de fácil interpretação.” (CLOSS; SCHWANKE, 2012, p. 445).

A partir dos dados da Tabela 4, aplicada a fórmula do RIPSAs (2008), que define índice de envelhecimento tomando o número de pessoas com 60 anos e mais para cada 100 pessoas menores de 15 anos, pode-se observar que, no período entre 1950 e 2010, o IE brasileiro apresentou aumento progressivo de 33,1% (IBGE, 2018), enquanto a Argentina, nesse mesmo período, apresentou a variação de 32,8 % (INDEC, 2014). É preciso, no entanto, destacar que a Argentina parte de um número bem mais alto que o Brasil. A Argentina, em 1950, tinha 23,1, enquanto o Brasil, neste mesmo ano, tinha 11,7 (INDEC, 2014; IBGE, 2018). Podemos observar ainda, na Tabela 4, que segundo as projeções para o ano de 2050, os dois países apresentarão praticamente os mesmos índices (IE) (INDEC, 2014; IBGE, 2018).

Segundo a Rede Internacional de Informações Para a Saúde/RIPSAs (2008) o índice de envelhecimento é definido pelo número de pessoas com 60 anos e mais para cada 100 pessoas menores de 15 anos: $IE = \frac{P_{60}}{P_{15}} \times 100$.

Tabela 4 – Índice de envelhecimento Brasil e Argentina.

Índice de envelhecimento						
Brasil						
1950	1975	1991	2001	2010	2025	2050
11,7	14,9	21,3	27,1	44,8	68,3	118,7
Argentina						
1950	1975	1991	2001	2010	2025	2050
23,1	39	36,5	47,5	55,9	74,6	118,5

Fontes: Brasil: IBGE (2018). Argentina: INDEC (2014).

Shryock e Siegel (1980) consideram um valor inferior a 15 como sugestivo de uma população considerada jovem, entre 15 e 30 uma população em nível intermediário e acima de 30 uma população considerada idosa. Alicerçados os dados da Tabela 4 a esta classificação, considera-se que, tanto a população do Brasil quanto a da Argentina é idosa.

Outros claros indicativos do envelhecimento demográfico, ou do acréscimo do peso relativo dos idosos sobre a população de Brasil e Argentina, são os dados com o aumento da expectativa de vida ao nascer; conceitualmente, é o número médio de anos esperados para um recém-nascido vivo, em determinado ano. Este número é um indicador sintético da mortalidade e não está afetado, como a taxa bruta de mortalidade, pelos efeitos das distintas estruturas etárias (IBGE, 2018; INDEC, 2014). De acordo com Da Silva Simões

(2002), quanto maiores os níveis de esperança de vida ao nascer, melhores as condições de vida e de saúde da região.

Segundo tese doutoral de Gesser (2005), a forma de estimar a expectativa de vida é baseada no cálculo da esperança de vida ao nascer. De acordo com o autor, esta operação matemática é bastante complexa e envolve várias fases. A operação matemática é alicerçada nas perguntas do Censo Demográfico nacional do ano objeto de análise sobre o número de filhos nascidos vivos e o número de filhos ainda vivos. A partir daí, são calculadas as proporções de óbitos. Aplica-se, então, uma equação que transforma essas proporções em probabilidade de morte. A etapa seguinte é transformar esses dados prováveis em tábuas de vida, das quais é extraída a esperança de vida ao nascer.

Como podemos observar na Tabela 5, a expectativa de vida do brasileiro aumentou 34,2 anos no período entre 1950 e 2015, passando de 48 para 73,2 anos. Já na Argentina, a expectativa de vida da população aumenta consideravelmente nos primeiros cinquenta anos do século XX, resultado do declínio da mortalidade, principalmente da mortalidade infantil. Após 1950, a elevação da expectativa de vida é ainda mais significativa: de 62 anos, em média, para 76 anos em 2015. Como dados prospectivos temos, em 2035, o Brasil com 77,1 e a Argentina com 78,9 respectivamente (IBGE, 2018; INDEC, 2014; CELADE/CEPAL, 2012)

Tabela 5 – Expectativa de vida Brasil e Argentina.

Expectativa de vida da população (esperança de vida ao nascer)									
Brasil									
1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2015	2025	2035
48,0	52,5	57,6	62,5	66,9	69,8	73,9	73,2	75,2	77,1
Argentina									
1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2015	2025	2035
62,55	65,27	67,24	70,17	72,15	74,36	75,18	76,0	77,5	78,9

Fontes: Brasil: IBGE (2018): (até o ano de 2010). Argentina: CELADE/CEPAL (2012) (até o ano de 2010) e INDEC (2014) (ambos os sexos).

8 Considerações finais

Extrapolando as questões relacionadas às alterações demográficas e às preocupações com os resultados da transição demográfica, já se disse que tanto o envelhecimento quanto a velhice são assuntos relevantes para pesquisa. Isto

pode ser observado não somente pelos aspectos acadêmico-investigativos e econômicos, mas também pelo merecimento de políticas públicas (BRASIL, 2003). Simone de Beauvoir, em seu livro *A velhice*, é uma das principais referências que escreve e a retrata as condições de miserabilidade dos que envelhecem. Ela nos dá pistas para a reflexão sobre os motivos que levam a sociedade e os indivíduos a terem problemas com a velhice e com o envelhecimento. Ainda segundo Beauvoir (1970, p. 97),

O que define o sentido e o valor da velhice é o sentido atribuído pelos homens à existência, é o seu sistema global de valores. E vice-versa: segundo a maneira pela qual se comporta para com os seus velhos, a sociedade desvenda, sem equívocos, a verdade – tantas vezes cuidadosamente mascarada – de seus princípios e de seus fins.

Esta autora alerta para o fato de que a condição de ser velho nos últimos séculos denunciava o fracasso de toda uma sociedade, que já na infância pré-fabricava a condição miserável que viria a ser o legado de grande parte da população para os últimos anos de sua existência.

A partir dos dados levantados e discutidos, coube sintetizar que as particularidades do desenvolvimento desigual, porém combinados sob o contexto do modo de produção capitalista de ambas as nações, permitiu que a Argentina apresentasse mudanças nas taxas de natalidade e fecundidade já a partir de fins do século XIX, enquanto no Brasil essas transformações passaram a ser concretizadas a partir de 1960. Apreendida a década de 1960 por referência para tecer considerações acerca da fecundidade, destacamos que, no Brasil, foi a partir dessa década que passaram a ocorrer quedas significativas, que se seguiram nas décadas seguintes. Já na Argentina, nesse mesmo período histórico, a variação não foi expressiva.

Acerca da taxa de mortalidade, tomada como contexto histórico a década de 1950, por ser o destarte da queda da taxa no Brasil, constatamos que ela já era baixa na Argentina, representando um quantitativo menor do que a metade da taxa brasileira para a mesma década.

Por fim, evidenciando o índice de envelhecimento, constatamos ainda haver distanciamentos entre ambas as nações, nos quantitativos antecedentes ao período histórico atual. Enquanto no Brasil o IE foi progressivo a partir da década de 1950 até 2010, a Argentina manteve uma variação de 32,8%. Porém, os estudos em perspectiva vislumbram aproximação entre os dois países, projetada para 2050. Aplicada a base de cálculo do RIPSAs (2008) obteve-se que em 2050 ambos os países apresentarão IE na casa de 118 pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 pessoas com menos de 15 anos, processo de

envelhecimento que pode passar por mudanças a depender de transformações no contexto do modo de produção e reprodução de vida.

*APPROACHES AND DISTANCES:
THE DEMOGRAPHIC TRANSITION
OF BRAZIL AND ARGENTINA*

abstract

In this article, we aim to demonstrate how the approximations and distances of demographic data, in particular aging, between Brazil and Argentina, are analyzed in the socio-historical context in which they are inserted. The qualitative-quantitative study was based on the official demographic data of each of the countries, from 1950 to 2050, and was analyzed in the light of references in the area. We synthesized that, from a historical perspective, Brazil and Argentina present distances between the demographic data and that the approximations are estimated, about aging, only for the year 2050.

keywords

Aging. Old age. Demographic transition.

referências

ALBUQUERQUE, Fernando Roberto Pires de Carvalho; SILVA, Luciano Gonçalves de Castro. Tendências dos níveis e padrões de mortalidade e seus diferenciais regionais no período 2000-2030: Brasil, Grandes Regiões e Unidades de Federação. In: ERVATTI, Leila; BORGES, Gabriel Mendes; DE PONTE JARDIM, Antônio. *Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI. Subsídios para as projeções da população*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015, p. 49-86.

ALVES, José Estácio Diniz. A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica. Textos para Discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, v. 4, p. 1-56, 2002.

ALVES, José Estácio Diniz. Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1994.

ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. Aspectos sociodemográficos de um país que envelhece: o exemplo brasileiro (org). *Envelhecimento e vida saudável*. 1. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, p. 13-26.

ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. *A pastoral do envelhecimento ativo*. 1 ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. Procurando superar a modelização de um modo de envelhecer. *Movimento*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 57-71, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*, v. 1 e 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BRASIL, Estatuto do idoso. Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 3, 2003.

CAMPOS, Mardem Barbosa; BORGES, Gabriel Mendes. Projeção de níveis e padrões de fecundidade no Brasil. In: ERVATTI, Leila; BORGES, Gabriel Mendes; DE PONTE JARDIM, Antônio. *Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI. Subsídios para as projeções da população*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015, p. 30-41.

CARVALHO, José Alberto Magno; BRITO, Fausto. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. *Revista brasileira de estudos de população*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, 2013, p. 351-369.

CENTRO LATINO AMERICANO DE DEMOGRAFIA. *Métodos para proyecciones demográficas*. San José, 2012.

CERQUEIRA, Cézar Augusto e GIMSIEZ, Gustavo Henrique Naves, Conceitos básicos em Demografia e dinâmica demográfica brasileira. In: RIOS-NETO, Eduardo Luiz G. e RIANI, Juliana de Lucena Ruas (org.), *Introdução à demografia da educação*. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP. Campinas, 2004, 13-44.

CLOSS, Vera Elizabeth; SCHWANKE, Carla Helena Augustin. A evolução do índice de envelhecimento no Brasil, nas suas regiões e unidades federativas no período de 1970 a 2010. *Revista brasileira de geriatria e gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 443-458, 2012.

DA SILVA SIMÕES, Celso Cardoso. *Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos*. 1. ed. Brasília, DF: Organização Pan-americana de Saúde, 2002.

FERNANDES, Mayara de Camargo. A transição demográfica na Argentina: enfoque sobre as transformações nas esferas da fecundidade e do comportamento reprodutivo nos séculos XIX, XX e XXI. In: CARMO, Roberto Luiz (org.) *et al. Questões demográficas atuais* – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População, Unicamp, 2014, p. 8-32.

GARAY, Sagrario; REDONDO, Néilda; DE OCA, Verónica Montes. Cambios en los hogares con población envejecida en Argentina y México: algunas aproximaciones a las transformaciones familiares derivadas de la transición demográfica. In: REDONDO Néilda; GARAY, Sagrario (coord.). *El envejecimiento en América Latina, evidencia empírica y cuestiones metodológicas. Serie Investigaciones*, n.13, ALAP, Rio de Janeiro, 2009, p. 21-41.

GESSER, Hubert Chamone. *Expectativa de vida no Brasil: a geração de modelos explicativos por regressão linear múltipla*. 2005. 137 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Demográficos*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 4 jan. 2018.

INDEC. Instituto Nacional de Estadística y Censos. *Anuario Estadístico de la República Argentina*. 1. ed. Buenos Aires, 2014

LANDRY, Adolphe. *La révolution démographique: études et essais sur les problèmes de la population*. Paris: Librairie du Recueil Sirey. 1934.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.59-106.

LENOIR, Remi. L'invention du 'troisième âge' et la constitution du champ des agents de gestion de la vieillesse. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 26-27, p. 57-83. mars-avr. 1979.

ONU – Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso em: 1 nov. 2019.

MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

PANTELIDES, Edith. *La fecundidad argentina desde mediados del siglo XX*. Buenos Aires: Centro de Estudios de Poblacion 1989.

PEDRO, Joana María. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE (RIPSA). *Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações*. 2. ed. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio Áncizar. *Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio Áncizar. Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: SANTOS FILHO, José Camilo; SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio Áncizar (org.). *A Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade*. São Paulo: Cortez, 1997. v. 8, p. 84-107.

SHRYOCK, Henry; SIEGEL, Jacob. *The Methods and Materials of Demography*. Washington, DC: Bureau of Census - U.S. Government Printing Office, 1980.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. América Latina: transição epidemiológica ou retrocesso social? *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 13, n. 1, p. 55-64, dez. 2000.

THOMPSON, Warren Simpson. Population. *American Journal of Sociology*. Chicago, 34, p. 959 - 975. 1929.

TROTSKY, León. *La teoría de la revolución permanente* (compilación). Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Miranda Forte. *Transição demográfica: a experiência brasileira*. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 21, n. 4, p. 539-548, 2012.

VIANA, Nildo. A teoria da superpopulação em Marx. *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia, v. 26, n. 2, p. 87-102, jul./dez. 2006.

WONG, Laura Lúcia Rodrigues; BONIFÁCIO, Gabriela Marise de Oliveira. Retomada da queda da fecundidade na América Latina. Evidências para a primeira década do século XXI. *Revista Latinoamericana de Población*, Buenos Aires, v. 3, p. 93-121, abr. 2009.

Data de submissão: 16/05/2020
Aceito em: 07/03/2022

